

**ACADÊMICO: ANTONIO BATISTA PINTO**  
**ORIENTADORA: BEATRIZ PAOLA DE OLIVEIRA**  
**TEMA: ALIMENTOS ESPECIAIS: AVOENGOS E AFETIVOS**

**RESUMO:** O trabalho tem o objetivo de analisar o instituto dos Alimentos sob a égide da C.F do Brasil e do Código Civil Brasileiro de 2002. Será percorrido no presente trabalho, os ALIMENTOS amparados pelo Direito de Família e pela lei 5.478/68, doutrinas, jurisprudências e projeto de lei do Senado Federal, parentesco, novas formas de constituição de família e afetividade criando vínculos e obrigações tem trazido novas formas de interpretação no direito de família no que tange ao instituto dos alimentos, de acordo com o título que se propõe de forma sistemático e por capítulos. No primeiro capítulo é apresentado uma visão global do instituto do direito de família em nosso ordenamento jurídico e processual formas de dar e exigir alimentos, abordando desse modo à origem dos alimentos bem como o conceito e a sua finalidade, classificando conforme a natureza, a causa jurídica de pedir, a finalidade a que se destinam e quanto ao momento da concessão da verba alimentar. O capítulo sequencial, aponta a obrigação alimentar, identificando a natureza jurídica de tal ordem, bem como os sujeitos que fazem parte da obrigação alimentar em decorrência de parentesco e afinidade. Neste tópico serão abordados os pressupostos essenciais para a caracterização da obrigação alimentar e as características do compromisso, estabelecendo assim a diferença entre alimentos presumidos e mediante comprovação do binômio necessários e possibilidade. No terceiro capítulo será abordado, apresentado as mudanças sociais, o princípio da dignidade humana, o princípio da solidariedade humana em confronto e discussão diante das inúmeras ações contra idosos, alimentos avoengos renda mínima comprometendo sua subsistência e necessidades primárias ,saúde, substituindo os filhos genitores , pais, mães, responsáveis principais e devedores em pleno vigor físico e mental para responder pela obrigação alimentar, com risco de imposição de pena restritiva de liberdade. Em última exposição e análise serão apresentados os aspectos processuais do instituto dos alimentos, iniciando pela ação de alimentos, aspectos de legitimidade, competência, procedimento, revelia, cumprimento de sentença e recursos, efeitos suspensivos, impossibilidade de restituição valores pagos. Conceituar os meios de buscas a satisfação do credito alimentar, quatro formas e caminhos do CPC, execução de título extrajudicial, execução da sentença, de restrição de liberdade e expropriação de bens que fixa o encargo alimentar bem como as situações que concretizam motivos relevantes para pedidos de revisão e exoneração por direito ou imposta. Os temas desenvolvidos foram amparados pelas doutrinas, jurisprudências, comentadas e os entendimentos dos Tribunais de Justiça do Estado do RS, PR bem como os Superiores Tribunais de Justiça.

**Palavras-chave:** Alimentos. Obrigação. Sujeitos. Afetivo. Princípios.